



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA –
CAMPUS CENTRO / IMPERATRIZ
CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

JESSICA GOMES PASSOS

O TRABALHO INFORMAL: UMA ABORDAGEM SOBRE
A REALIDADE DO TRABALHADOR AUTÔNOMO/POR CONTA PRÓPRIA
NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA

Imperatriz - MA
2018

JESSICA GOMES PASSOS

O TRABALHO INFORMAL: UMA ABORDAGEM SOBRE
A REALIDADE DO TRABALHADOR AUTÔNOMO/POR CONTA PRÓPRIA
NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/
Sociologia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA, como requisito para a obtenção do grau de
Licenciado(a) em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr. Agnaldo Silva.

Imperatriz – MA
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Passos, Jessica Gomes.

O trabalho informal: uma abordagem sobre a realidade do trabalhador autônomo/por conta própria na cidade de Imperatriz-MA / Jessica Gomes Passos. - 2018.

52 p.

Orientador(a): Agnaldo José da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2018.

1. Metamorfoses. 2. Reestruturação produtiva. 3. Trabalhador informal. 4. Trabalho. I. Silva, Agnaldo José da. II. Título.

JESSICA GOMES PASSOS

O TRABALHO INFORMAL: UMA ABORDAGEM SOBRE
A REALIDADE DO TRABALHADOR AUTÔNOMO/POR CONTA PRÓPRIA
NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA.

Aprovado(a) em:

Imperatriz, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o. Dr. Agnaldo Silva – Orientador

Prof.^a. Dr.^a. Betânia Oliveira Barroso – 1º examinador

Prof. Me. Salvador Tavares de Moura – 2º examinador

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.” (José de Alencar).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus; pelo dom da vida e por tudo que Ele tem me proporcionado até aqui. O Senhor é o meu refúgio e fortaleza e a Ele devo minha gratidão todos os dias da minha vida.

Agradeço a minha família; pelo apoio de sempre, por sonhar comigo cada conquista e por me motivarem a jamais desistir. Por acreditarem em mim e estarem comigo em todos os momentos.

Agradeço a meu Professor Orientador; pela atenção, compreensão e dedicação dada a mim, por toda colaboração na elaboração e concretização deste trabalho. Seu profissionalismo é admirável, e o aprendizado que pude absorver aqui é algo que se tornará de grande referencial pra toda a vida.

Agradeço aos meus amigos; pela força e todas as palavras motivadoras nos momentos difíceis. Pelos abraços colhidos e por toda manifestação de carinho ao longo da caminhada.

... Enfim, dedico este trabalho a todos aqueles que fazem parte da minha vida, e que também se sintam felizes comigo por essa vitória. Esta é a realização de um sonho de cunho pessoal e profissional, e que a partir daqui, acredito que terá uma nova dimensão.

RESUMO

O presente trabalho consiste numa abordagem sobre os aspectos estruturais do trabalho informal na atualidade a partir de metamorfoses/transformações ocorridas no mundo do trabalho. Culminou a prioridade de se entender os fatores/motivos que levam indivíduos a trabalharem por conta própria e estarem inseridos nessa modalidade de trabalho para subsistência de vida. Assume-se a hipótese de que tal prática é resultado de uma reestruturação produtiva do capitalismo, vivenciada também na atual fase da sociedade (capitalista) e que conseqüentemente leva(ram) trabalhadores a adotarem a informalidade como um expediente de sobrevivência; não por autonomia, mas são proeminências como os reflexos do desemprego. A pesquisa tem por objetivo, compreender a prática do trabalho informal a partir das atividades exercidas por conta própria pelos vendedores ambulantes do setor comercial denominado calçadão da cidade de Imperatriz - MA. O estudo caracteriza-se em uma pesquisa qualitativa, tendo por sua vez, um olhar sociológico diante das questões vivenciadas pela/na sociedade. A partir daí, dispõe de uma análise fundamentada em documentações (revisões bibliográficas) e interpretação de dados empíricos (entrevistas), a ponto de identificar o contexto social que prima a realidade desses trabalhadores informais. Logo, o respectivo estudo, sintetiza como a sociedade reage aos diversos acontecimentos e desafios gerados. O resultado disso é que as inserções na informalidade não se tratam somente de um fator chave, mas, de diversas formas de marginalização em relação à economia formal.

Palavras-chave: Trabalho. Metamorfoses. Reestruturação produtiva. Trabalhador informal.

ABSTRACT

The present work consists in an approach about structural aspects of informal work nowadays from metamorphosis/transformations occurred in the world of work. It culminated in the priority of understanding the factors/motives that lead individuals to become self-employed and inserted in this kind of work to survive. It is assumed the hypothesis that this practice is a result of a productive restructuring of capitalism, also lived in the current phase of the (capitalist) society and that, therefore, lead (or led) workers to adopt self-employment as a survival expedient; not for autonomy, but they are prominence like the unemployment reflexes. This research aims to comprehend the informal work practice from the activities exercised by self-employed people of the commercial sector known as *Calçadão* in the city of Imperatriz/MA. This work is characterized by a qualitative research that has, in turn, a sociological perspective in the face of questions lived by and in the society. From there, it disposes an analysis based in documents (bibliographic reviews) and interpretation of empirical data (interviews), to identify the social context that distinguishes the reality of these informal workers. Therefore, the respective work, synthetizes how society reacts to the diverse events and challenges created. The result is that the insertions in informal work are not only from a key factor, but also from the diverse ways of marginalization in relation to the formal economy.

Keywords: Work. Metamorphosis. Productive restructuring. Informal worker.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. TRABALHO E SOCIEDADE: ASPECTOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA INFORMAL.	
1.1 - Concepções acerca das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho	12
1.2 - A informalidade como nova modalidade produtiva no processo de reestruturação capitalista	17
CAPÍTULO 2. A CONDIÇÃO DE TRABALHO INFORMAL E CIDADE NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.	
2.1 - O trabalho hoje	21
2.2 - O trabalhador informal em meio á crise estrutural do capital (no contexto urbano)	24
CAPÍTULO 3. O TRABALHADOR INFORMAL (VENDEDOR AMBULANTE) DO SETOR COMERCIAL (CALÇADÃO) DA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA.	
3.1 - Descrição da cidade e do setor Calçadão de Imperatriz	35
3.2 - A prática de vendedores ambulantes no calçadão de Imperatriz	37
3.3 - Perfil desse trabalhador	39
3.4 - Motivos/Perspectivas que os levaram a adoção dessa atividade	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos muitas metamorfoses ocorreram no mundo do trabalho e puderam modificar o cenário dos modos de produção, a partir daí, e diante de instabilidades do capital, se evidenciou um processo de reestruturação produtiva, gerando assim, mutações nos mais diversos setores e ramos econômicos.

As relações sociais e de produção do trabalho hoje são um reflexo de sucessivas fases que puderam estar situadas numa (re)organização do trabalho. Mas, esta realidade ainda está estruturada em fronteiras entre trabalho e as pré-condições existentes para concretizar a forma e o conteúdo deste. De forma abrangente, essa análise atual se faz em torno das condicionantes de fatores de ordem econômica, tecnológica, política e social. Assim e de forma geral, considera-se todo um caráter histórico - fruto de reconfigurações onde se (re)constroem as atividades que sustentam as transformações e definições atuais.

O capital em sua complexa dimensão no sistema global e em meio a sua (in)conformação produtiva veio a redefinir os mecanismos de trabalho na contemporaneidade. Diante do desdobramento de tendências produtivas ao longo do tempo, viabilizaram-se novos modelos de gestão de trabalho e, concomitantemente a isto, houve o incremento da informalidade, que passou a ser uma das mais relevantes modalidades do trabalho, a confrontar padrões de consumo e comportamentos.

Segundo Ricardo Antunes (2006), no Brasil também foram profundas as transformações ocorridas no mundo do trabalho particularmente na década de 1990, período em que se desencadeou uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas de trabalho.

Antunes (2001) (apud CARNEIRO, 2012, p.2) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, advindas de uma lógica societal onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, como formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva. Assim, o novo contexto pode diminuir o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não eliminá-lo. Nesse sentido, o trabalho não perde a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores.

No atual estágio do capitalismo brasileiro, o trabalho informal vem ganhando espaço cada vez maior. O resultado disso tem sido um redesenho produtivo que vem afetando o mundo do trabalho. Assim, a classe trabalhadora vivencia uma realidade de precarização do trabalho.

Dentro deste cenário, onde indivíduos encontram-se à margem da economia formal, trazemos ao foco deste trabalho os trabalhadores informais - vendedores ambulantes do contexto urbano, que exercem atividades por conta própria buscando estratégias que possam adequá-los à dinâmica de mercado e obtenção de renda.

É no espaço urbano onde os modelos de trabalho se vinculam com maior intensidade. Daniel Hirata (2010), ao citar uma análise moderna das cidades e suas populações, apresenta como questões centrais: a organização dos seus espaços, as formas de relação entre os seus habitantes ou ainda a articulação entre o espaço e habitantes. Todavia, a vida e cultura urbana experimenta uma política de desenvolvimento que considera as fortes e progressivas tendências/influências de reproduções capitalistas na construção de novos espaços e novas formas de interações humanas.

Diante desse contexto, propõe-se compreender quais fatores explicam a inserção e/ou permanência de trabalhadores na informalidade? Quais motivos e/ou perspectivas que levaram trabalhadores autônomos/por conta própria - condição ativa de sua subsistência de vida, a definir sua inserção e permanência no mercado informal do “calçadão” de imperatriz?

Assume-se a hipótese de que em razão da reestruturação produtiva do capital na atual fase da sociedade (capitalista), esses trabalhadores estão inseridos neste local não por autonomia, mas em razão e consequência dos altos índices de desemprego que os levaram à adoção desse tipo de expediente de sobrevivência.

A pesquisa tem por objetivo geral: Compreender a prática/exercício do trabalho informal no contexto das atividades de trabalhadores autônomos - vendedores ambulantes/camelôs no setor comercial (calçadão) da cidade de Imperatriz - Maranhão. E se tem como objetivos específicos: Descrever características e apresentar o trabalho acerca das condições da informalidade no calçadão; Identificar os motivos pelos quais esses trabalhadores se encontram nessa prática; Analisar o Perfil desse trabalhador; Abordar as reais expectativas desses trabalhadores ambulantes no atual cenário de crise capitalista.

Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa. Os métodos utilizados para seu desenvolvimento baseiam-se em uma análise fundamentada em documentações (revisões bibliográficas), bem como a reunião de dados empíricos (entrevistas/conversas informais), nesse interim, estudando e considerando as experiências vividas pela sociedade.

Portanto, para melhor compreensão, descreve-se que o respectivo trabalho monográfico está subdividido em três capítulos. O primeiro apresenta o trabalho em sua forma mais ampla dentro da sociedade, onde a partir de sucessíveis metamorfoses de escala mundial, a economia informal se instaurou como nova modalidade produtiva num processo de reestruturação do capital. O segundo capítulo ressalta o trabalho na informalidade, levando em conta as condições que regem os trabalhadores e suas atividades de subsistência dentro do espaço urbano, ou seja, o modo como estes se apropriam e se adequam ao seu expediente de sobrevivência diante de uma atual crise capitalista. E por fim, o terceiro e último capítulo, relata a experiência vivida por trabalhadores informais da cidade de Imperatriz – MA, mais especificamente os vendedores ambulantes que se encontram em um dos principais setores de forte comercialização da cidade - o calçadão, local de grande movimentação comercial e que hoje aglomera um número expressivo desses ditos trabalhadores que vivem à margem da economia formal.

Assim, partindo do contexto de crise estrutural do capital vivenciado ao longo dos anos, este estudo monográfico busca analisar o trabalho informal na atualidade a partir da perspectiva de trabalhadores por conta própria (autônomos) do contexto urbano, mais especificamente procura identificar fatores que explicam a inserção e/ou permanência de tais trabalhadores na informalidade.

1. TRABALHO E SOCIEDADE: ASPECTOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA INFORMAL

1.1 Concepções acerca das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho

As recorrentes crises econômicas que atingem a sociedade capitalista ao longo dos anos tem provocado mudanças estruturais na forma como os modos de produção se organizam para produzir e distribuir suas riquezas, alterando a forma de produção e de trabalho. Nesse contexto de mutações do chamado mundo do trabalho é que se deve compreender o trabalho informal. Para melhor entendimento do que se trata o trabalho informal, precisamos primeiramente dar enfoque aos pressupostos que fizeram com que essa categoria ganhasse maior ênfase e se apresentasse com tanta influência como tem acontecido na atualidade.

Em meados da década de 1970 emergiu uma crise estrutural do capital, na qual o mundo produtivo sofre profundas transformações que geraram diversos resultados. Desse modo, pode-se afirmar que se tratou da existência de mudanças técnicas, sociais e políticas, e por sua vez, isto resultou em novos modelos de trabalho.

Analisar a conceituação do trabalho, inerente ao contexto capitalista, é dar ênfase às etapas que determinaram o sistema capitalista na formação e atendimento às exigências de mercado. O marco dos processos produtivos estão baseados primeiramente no arcabouço do *Fordismo* e *Taylorismo* no início do século XX, e logo depois, se tem a inserção do *Toyotismo* a partir dos anos 70. Essas linhas de produção caracterizaram uma forma de reestruturação produtiva, a fim da lucratividade e restauração do capital.

O modelo fordista descreve-se como um sistema produtivo e/ou processo de trabalho que permeou ao longo de várias décadas do século XX. Tinha como características uma produção em massa de mercadorias, homogeneizada, verticalizada, de produção interna, operações racionalizadas combatendo o desperdício, tempo reduzido e aumento do ritmo de trabalho, ação mecânica e trabalho repetitivo das atividades, operário-massa (*mass work*), prolongadas jornadas de trabalho, mais-valia extraída extensivamente, acumulação intensa. Foi empregado pelo industrial Henry Ford em sua fábrica de automóveis sediada nos Estados Unidos. Esse processo produtivo expandiu-se por toda a indústria automobilística dos EUA e posteriormente pelos principais países capitalistas.

Para aumentar a produtividade, o fordismo associou-se ao Taylorismo, método extremamente racional mediante uso eficiente do tempo e movimentação de trabalhadores. Foi desenvolvido pelo engenheiro Frederick Taylor, visando também à otimização e organização da produção. O Binômio do Taylorismo/Fordismo constituíram um eficiente sistema de produção que se espalhou também para outros setores econômicos, ou seja, além da indústria. Ricardo Antunes (apud CAMINHA, 2012, p.1) aponta que na experiência do Japão o fordismo/taylorismo não foi simplesmente mesclado com outros processos produtivos, tendo sido mesmo substituído completamente pelo Toyotismo. Esse viria a ser o modelo eleito pelo capitalismo para realizar a empreitada da reestruturação produtiva por todo o mundo capitalista.

O Toyotismo está vinculado à demanda, visando atender as exigências individualizadas do mercado consumidor, de produção heterogênea, estrutura horizontalizada, trabalho operário em equipe com multivariabilidade de funções, transfere a terceiros grande parte da produção (terceirização), processo flexível, melhor aproveitamento do tempo de produção (*just in time*), estoques mínimos (*sistema kanbam*), emprego vitalício. O toyotismo e a era da acumulação flexível emergiram do Ocidente, e possibilitou o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, ou seja, dotado de maior realização no espaço do trabalho. Ao que descreve Antunes (1999), entende-se por uma produção voltada pela demanda, variada, diversificada e pronta para assumir o consumo, sustentada na existência do estoque mínimo e melhor aproveitamento possível do tempo de produção, bem como uma horizontalização dentro dessa cadeia produtiva. O que a partir daí, segundo o autor, concretizava as chamadas “características inovadoras” da “nova fase”.

Esta tendência de trabalho que trouxe uma racionalidade da economia quebrando o paradigma da produção em massa conceituada pelo modelo Ford, e experimentando uma nova forma de organização no processo de produção, mais flexível, se define numa produção comandada pela demanda do mercado, isto é, não trabalha com grandes estoques de mercadorias. O chamado Sistema Toyota e também conhecido como Toyotismo, faz referência ao empresariado Japonês. Criado por Taiichi Ohno, foi introduzido pela fábrica de veículos Toyota (desenvolvido especialmente entre os anos de 1947 e 1975) onde se espalhou/difundiu para outros países do mundo.

Pode-se dizer que no modelo de produção Toyotista identificam-se todas as transformações ocorridas no contexto da reestruturação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na organização do trabalho. Este superou em produtividade todos os outros sistemas de organização flexível, pelo viés da busca de exploração de seus conhecimentos.

Com isso, o capital passou a gozar de maior liberdade de movimento, maior agilidade na produção e uma segurança maior frente às recessões econômicas. O que antes era produzido pela grande indústria, em uma única planta industrial, passou a ser feito por diversas empresas de menor porte e localizadas nos mais distintos cantos do planeta, graças ao artifício da descentralização/desverticalização do processo produtivo. Assim, a produção passou a ser mais “flexível”, mais adequada a fase atual da acumulação capitalista. No entanto, para que tais transformações proporcionassem a liberdade requerida pelo capital, fazia-se necessário flexibilizar não só as fábricas e o processo produtivo, mas também os contratos de trabalho. Foi então que vieram à cena as chamadas políticas neoliberais, que, colocando a culpa da crise no “excesso” de direitos conquistados pelos trabalhadores no chamado *Estado de bem-estar social*, logo se encarregaram de retirar dos trabalhadores seus direitos sociais, por meio da desregulamentação do direito do trabalho. Tal processo tem gerado um aumento do número de trabalhadores informais em todo o mundo capitalista, ou seja, um crescimento daqueles que não gozam mais de quaisquer proteções da legislação trabalhista. (LEIBANTE, 2008, p. 2 e 3).

Assim, há o que Ricardo Antunes (2008) denominou de uma nova morfologia do trabalho; significando um novo desenho das formas de representação das forças sociais do trabalho, principalmente a respeito da retração/redução do operariado industrial de base taylorista-fordista, e por outro lado, a ampliação do novo proletariado fabril e de serviços, segundo a lógica da flexibilidade – toyotizada de trabalhadores. De modo geral, a flexibilidade infere nos processos de trabalho, mercados, produtos, padrões de consumo, setores, etc. E isso se apresenta principalmente no “setor de serviços”.

A influência da industrialização trouxe abordagens decorrentes. Além dessas três tendências produtivas que permearam sobre a realidade do trabalho em escala mundial, é importante apontar algumas outras vertentes que também tiveram grande repercussão no interior do mundo do trabalho, como: o aumento significativo do trabalho feminino; expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”; crescente exclusão de jovens e idosos pelo capital; expansão do trabalho no chamado “Terceiro setor”; expansão do trabalho em domicílio e a transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo.

Nesta tentativa de superar a “rigidez” do sistema produtivo baseado na lógica produtiva fordista, é que são introduzidas na estrutura produtiva do modo capitalista de produção as técnicas de produção flexíveis, que permitem ao capital otimizar todos os fatores que compõem o processo de produção das mercadorias, criando novos setores de produção. Junto a esta tendência de flexibilização do trabalho, cresce também o número de trabalhadores desempregados, compostos pelos operários demitidos e pelos recém chegados ao mercado de trabalho e que não encontram emprego, situação que os obriga a ocuparem-se em atividades classificadas como precárias e de pouca produtividade. (GONÇALVES, 2002, p. 6 e 7).

Sendo que:

Dentro dessa contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira assinada para trabalhadores sem carteira assinada. Se nos anos de 1998 era relativamente pequeno o número de empregos de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender á grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. (ANTUNES, 2008, p. 5)

Ao passo que o dito modelo Taylorista-Fordista mostrou limitações, se deu lugar posteriormente, a um modelo de empresa enxuta, de trabalho flexível e de substância computacional, esta última por sua vez, caracterizou uma espécie de desemprego estrutural, onde o “homem passa a ser substituído pela máquina”, desse modo, se tem um processo de trabalho com maior produtividade, mas, empresas com menos trabalhadores.

Com a efetivação de empresas mais enxutas, acabaram por atribuir parte de seus produtos e serviços a outras unidades, e a partir disso, deu-se início ao conhecido processo ou fenômeno da Terceirização, ou como Ricardo Antunes se refere a “arranjos do trabalho”. Nesse momento, a empresa flexível atrelada ao desenvolvimento ou não do mercado, tende a oscilar na mesma proporção, e conseqüentemente, suas ações passam a refletir na esfera do trabalho em si, como também na vida do trabalhador. O resultado disso foi a intensa precarização do trabalho que reflete até os dias atuais.

Os efeitos deste processo de precarização do trabalho, não podem ser entendidos como sendo de retração do desenvolvimento do capitalismo nestes países, e sim como efeitos de uma crise que surge intrinsecamente às novas transformações do processo produtivo capitalista, e procuram mais uma vez sacrificar aqueles que pela lógica de funcionamento da sociedade capitalista, não tem outra forma de garantir a sua sobrevivência, que não seja a comercialização de suas potencialidades (GONÇALVES, 2002, p.7).

Vale dizer que não se trata somente dos aspectos da terceirização e da flexibilização como fatores que geraram inúmeras distorções aos novos modos de exercício do trabalho, outras variantes também contribuíram para essa nova roupagem, a citar quesitos como a Globalização e a Revolução tecnológica ou informacional.

A globalização na perspectiva da mundialização da economia, também apresentou características de uma reestruturação produtiva e relação de independência entre setores. Entretanto, a tecnologia traz um sentido plural de sua funcionalidade, retratando vantagens e desvantagens para a sociedade, pois enquanto representa a evolução das condições de acessibilidade do trabalho, paralelamente, por meio da intensificação dos processos tecnológicos com a conseqüente constituição de empresas enxutas, se tem um regime flexível que favorece precariedades ao trabalhador.

Sobre essa dita revolução tecnológica, com a introdução da máquina informatizada, culminou-se para uma série de novas práticas. Segundo Gounet (apud CAMINHA, 2012, p.1): com as mudanças descendentes do reestruturalismo de capital iniciada na década de 1970 estava se configurando uma sociedade “pós-industrial” ou “pós-capitalista”. Àquele autor ainda enfatiza que:

Para os adeptos da citada teoria, as expectativas eram as seguintes: a) a sociedade industrial daria lugar a uma sociedade de informação, graças à mundialização e à introdução de novas tecnologias, em especial as oriundas de descobertas da microeletrônica, das telecomunicações e das biotecnologias, fazendo nascer a sociedade em rede; b) o trabalho deixaria de ser o fator de produção essencial, sendo substituído pela informação e o saber; c) o emprego na indústria e nas atividades manufatureiras diminuiria, enquanto aumentaria constantemente nos serviços e na indústria de informação; d) o trabalho mudaria de conteúdo, haveria o fim do trabalho como nós o conhecemos; a cadeia de montagem taylorizada daria lugar ao trabalho flexível, polivalente, efetuado em grupos ou em rede e mais valorizado que as operações repetitivas, monótonas, sem originalidade e sem imprevisto, que prevalecia nas fábricas até então; e) os empregos menos qualificados migrariam para os serviços e aconteceria uma dicotomia: de um lado, os experts, os técnicos que se beneficiariam deste trabalho enriquecido, e do outro, os que seriam excluídos dessa possibilidade e que deveriam se contentar com trabalhos menos interessantes; f) a passagem para a sociedade informacional mudaria a relação entre a vida profissional e a vida privada, pois uma parte maior das populações iria se dedicar à vida privada, pois se tornaria possível o aumento da produtividade com menos trabalhadores; g) o tempo de trabalho seria assim partilhado, sob a forma de uma redução do tempo de trabalho ou de um aumento de trabalhadores laborando em tempo parcial ou temporariamente, proporcionaria mais tempo para o lazer; o pleno emprego deixaria de ser um objetivo e cada vez menos os trabalhadores teriam o mesmo emprego por toda a vida, devendo tornar-se flexíveis e mudar constantemente de trabalho; h) ocorreria o fim do trabalho assalariado como base da sociedade do emprego assegurado; i) os Estados Unidos seriam o principal modelo da sociedade informacional e traçariam o caminho para esse tipo de sociedade e todos os outros países deveriam seguir.

Diante de tudo isso, podemos perceber uma desproletarização do trabalho industrial, ou seja, a diminuição da classe operária tradicional e a expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, favorecendo uma heterogeneidade do trabalho. Em vista disso:

As transformações em curso no processo produtivo capitalista não podem ser entendidas apenas como um movimento de reorganização dos meios de produção com base na maior adoção de tecnologias, flexibilização do processo de exploração da força de trabalho, redimensionamento territorial e locacional das plantas fabris, etc. Devemos entendê-las, pois, também, como parte de uma reestruturação produtiva que engloba toda a sociedade de forma a determinar e também ser determinada neste movimento, que aponta para uma mudança no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho. (GONÇALVES, 2002, p. 8).

Assim sendo, tais apontamentos citados anteriormente como a forma flexibilizada de acumulação capitalista, e a também dita empresa enxuta, trouxeram sérias consequências para o mundo do trabalho, com impactos decisivos para a sociedade. Um cenário onde o capital cria, destrói e recria, de modo contínuo os mundos do trabalho.

Porém, e de modo geral, mesmo ao entendermos os resultados que puderam ser propagados a partir dessas envolventes metamorfoses do trabalho, é viável considerar que existam ainda, possíveis questões que estão em fase de realocação na sociedade, principalmente, na relação da nova classe trabalhadora oriunda desse processo, nos modos como tem vivenciado a adequação das práticas do trabalho e o seu exercício face ao sistema capitalista imposto.

1.2 A informalidade como nova modalidade produtiva no processo de reestruturação capitalista.

Conforme vimos, toda a reorganização da produção, com inovação de equipamentos, flexibilização do tempo e mão de obra, redução de custos e controle de qualidade, denomina-se reestruturação produtiva. Desenvolvida nos países capitalistas centrais nas décadas de 1970 a 1980, ela chegou ao Brasil em meados de 1990. Marco esse que tem instigado alterações e/ou ajustes nas relações de trabalho.

A reestruturação produtiva/capitalista se baseia como uma resposta à crise do Taylorismo/Fordismo ligada à crise econômica e social; como forma de mudar a estrutura de produção e organização da sociedade caracterizada pela expansão do referido binômio.

A realidade do trabalho contemporâneo é basicamente que, a partir de uma crise capitalista se tem movimentos tendenciais nos pilares da dinâmica de reestruturação do capital. Sendo que:

Ao mesmo tempo em que assistimos um avanço crescente da utilização de novas técnicas e o emprego da ciência no processo produtivo, as quais subsidiam mudanças que colocam em questão ou mesmo substituem em alguns países, ou indústrias, o modelo de organização para produção fordista/taylorista. Observamos também, o crescimento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho em vários países, sobretudo, aqueles, que como o Brasil, são marcados por uma industrialização intermediária. (GONÇALVES, 2002, p. 8).

Hoje o mecanismo do trabalho se configura basicamente por duas formas bem explícitas, ou seja, dois grandes grupos de trabalhadores, a classificá-los como de ordem Formal e Informal; e que de modo geral se reproduzem de maneira desigual. Entende-se que tal realidade, apresenta evidências de que se trata de resultados de uma profunda reestruturação capitalista, onde se tem por base os fenômenos e/ou metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho ao longo dos anos.

Com o processo de reestruturação produtiva, ocorreu a queda de empregos formais no setor industrial. Nesta perspectiva, nota-se o aumento de trabalhadores informais não só no espaço da rua, mas também nas grandes empresas, convivendo lado a lado com os trabalhadores formais, mas em situação de desigualdade. (MATSUO, 2009, p. 11).

Dessa maneira:

O trabalho informal é considerado um desdobramento do excedente de mão-de-obra, com ocupações no setor não-organizado do mercado de trabalho (desemprego invisível). Isso equivale a dizer que ele se define a partir de pessoas que criam sua própria forma de trabalho como estratégia de sobrevivência, ou como parte de formas de alternativas de ocupação utilizadas pelas empresas capitalistas na produção – por exemplo, o trabalho em tempo parcial ou casual, o trabalho temporário, o contrato de prestação de serviços, além de subcontratações estabelecidas com pequenas empresas terceirizadas para a produção de bens e serviços. (MATSUO, 2009, p.7 e 8).

Quando passamos a analisar sobre essas práticas trabalhistas hoje, vem à tona diversos questionamentos: como entender essa lógica ao modo de vida contemporâneo? Diante de novas particularidades sociais e laborais, novas técnicas e padrões, tendências à flexibilização, revoluções tecnológicas, novos modos de execução do trabalho, novas classes de trabalhadores, novas relações sociais e trabalhistas?. São reflexões trazidas sobre o processo de produção hoje.

Na premissa de que o homem se tornou dependente da dimensão econômica para sua vivência e sobrevivência; seria fácil entender essa lógica? É fácil e simples dizer que é dentro do sistema capitalista que se tem o retorno para sua assistência, e obviamente que para tal aquisição, o trabalho se tornou ferramenta indispensável. Aqui, passamos a analisar também, o trabalho como um dos instrumentos no processo de emancipação humana, com o seu autêntico papel capaz de gerir a construção/constituição do ser social.

Com a demanda da sociedade em ser uma unidade orgânica de maneira que cada indivíduo empregue as suas forças a serviço de ser parte integrante de um conjunto de funções que a constituem (HIRATA, 2010, p. 49), e pela real perspectiva de tentar reestruturar-se dentro do âmbito capitalista como solução para o atendimento de suas necessidades, isto é, na busca pela possibilidade de colocar-se em movimento como gerador de seu autosustento, trabalhadores informais possuem aquisição de renda através de suas próprias atividades comerciais, e apostam neste expediente para estarem integrados a dinâmica econômica do mercado de trabalho.

Na concepção de Tavares (2004) (apud WEIL e NOGUEIRA, 2016, p.36), a autora sinaliza que o trabalho autônomo, trabalho assalariado e trabalho familiar, configuram-se como um processo estratégico para disfarçar as desigualdades existentes na relação capital e trabalho.

Trata-se de uma situação em que o sujeito é proprietário dos meios de produção e de conhecimentos necessários à realização de uma determinada atividade, que ele pode realizar sozinho, ou com a ajuda da família, ou com a ajuda de outros trabalhadores. Mas o fato de ser proprietário dos meios de produção, o que lhe permite oferecer ocupações a outras pessoas, fazendo dele um empregador, não faz necessariamente daqueles meios capital, nem do sujeito um capitalista. Ele é apenas um pequeno patrão (TAVARES, 2004, p. 31-32).

Dessa maneira, se faz um diagnóstico entre a passada classe trabalhadora - típica do operariado tradicional da era do fordismo, e a nova classe-que-vive-do-trabalho - que são trabalhadores independentes – “bicos”, como também de terceirizados, subcontratados, temporários e até mesmo os desempregados, que mesmo estando sem vínculo à um tipo de atividade econômica formalizada e regulamentada, isto é, emprego, não deixam de ser considerados trabalhadores, pela sua capacidade de produzir bens e serviços independente da existência de um contrato formal, há portanto, uma capacidade relacional de transformação com a natureza, o que caracteriza-se por trabalho.

Contudo, diante de novos paradigmas na esfera produtiva, com as consequências trazidas pelo forte advento do capitalismo, Ricardo Antunes (2008) fala que houve uma transformação que essencialmente alterou e complexificou o trabalho humano. O autor ressalta as dimensões presentes no processo de trabalho, ao mesmo tempo “*cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza*” (p.4). De acordo com Antunes: “a lógica do capital é destrutiva, ou seja, por ser um sistema unitário, totalizante e totalitário, destrói a natureza e o trabalho de forma inimaginável”. Dessa maneira, todas essas mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho (esfera econômica), conseqüentemente traz implicações nas demais esferas sociais na vida dos trabalhadores.

2. A CONDIÇÃO DE TRABALHO INFORMAL E CIDADE NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

2.1 – O trabalho hoje

O homem em sua capacidade de criar ou recriar exerce o trabalho como sua política de desenvolvimento, seja para sua real condição de sobrevivência, seja para sua autorealização. O Trabalho é definido e reconhecido por ser também o fator de extrema importância para engrenagem da sociabilidade humana.

Para Alves (apud CARNEIRO, 2012, p.9) “a categoria trabalho possui múltiplas determinações, dentre elas a sua dimensão ontológica, na qual o trabalho constitui aspecto fundante do ser humano enquanto ser social e enquanto elemento civilizatório”.

O homem usando diretamente da sua mão-de-obra oferece a produção de bens ou serviços. Partindo disso, temos uma visão bem clássica de molde para a modernidade, reforçada no pensamento de Hannah Arendt (1958) quando apresenta três fatores da condição humana: o Labor, o Trabalho e a Ação, e por sua vez, se refere ao *Trabalho* na sua relação com o ser humano evidenciando um processo de fabricação, a materialização através do trabalho, o processo de “fazer” pelas categorias de meios e fins, assim o homem produz satisfação e segurança de si mesmo, enchendo-o de confiança na “alegria de trabalhar”, de realizar.

Logo, se faz uma análise no que se refere à condição de Trabalho em sua congruência à atualidade (contemporaneidade). Sendo que:

As medidas postas em prática para a reestruturação do capitalismo em face da crise estrutural deflagrada nos anos 1970, inspiradas no Neoliberalismo e tendo entre suas estratégias principais a mundialização da economia, a financeirização do capital e a flexibilização das relações de produção e de trabalho, associadas com o emprego das novas tecnologias, promoveram transformações sem precedentes nas relações de trabalho. (CAMINHA, 2012, p.1)

O modo como as formas de trabalho vem se delineando com o passar dos anos reflete para um atual debate sobre a questão social e o bem-estar social. Assim, em que aspectos todas essas transições e transformações alteram a questão social? Qual o sentido do trabalho para o ser humano?

Na definição de Vera da Silva Telles (apud CAMINHA, 2012, p.2) a questão social:

é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

A partir do descrito acima podemos perceber que as condições e o modo de existência da sociedade estão intimamente ligados a uma série de fatores que trazem um imaginário social (aspectos/relações ideológicas que modelam os modos de vida da comunidade) que pôde ter sido criado e/ou ainda se criar, a partir de uma estrutura de circunstâncias e consequências, como também de forças, resistências e lutas, sejam elas de ordem ou desordem, legítimas ou ilegítimas, como ainda de interesses, razões e vontades (dominantes). E isso reflete plenamente na construção e/ou reconstrução de identidades, ou seja, o homem como sujeito protagonista, independente da teia em que esteja, sofre os resultados proporcionais dessas articulações e tende a sofrer diretamente redefinições ou adaptações nesse meio.

Ao descrever formas como homens e mulheres constroem a representação sobre sua condição e o mundo no qual estão mergulhados, conferem sentido e razão de ser às suas vidas, elaboram identidades, definem prioridades e projetos de vida, estabelecem critérios e regras na organização de suas vidas cotidianas, ao descrever ainda a diversidade de suas formas de sociabilidade, de expressão cultural e religiosa, bem como o sentido de justiça e de ordem que constroem para suas vidas e por onde se anuncia uma visão própria sobre a sociedade, a lei e o poder, esses pesquisadores construíram as evidências da importância da família como lugar em que as classes trabalhadoras (também) se constituem como cultura e identidade. (TELLES, 1992, p. 54)

O trabalho sempre se configurou como a forma primária de subsistência do homem. Este por sua vez, tende a elaborar meios que o faz ser provedor de seus anseios. Assim, diante de grandes alterações no âmbito do trabalho e em meio às recorrentes crises capitalistas, o homem como principal agente do capital, tem o dever de se adaptar às transformações pré-existentes, o que tem se tornado cada vez mais algo comum. Tais acontecimentos deixam claro a urgência em se viabilizar recursos para atender suas ditas necessidades. Desse modo, a premissa é de que se “defende o trabalho como necessidade natural do homem e o intercâmbio homem/natureza para manter a vida humana e assegurar o verdadeiro sentido do trabalho”. (DA SILVA, 2006, pág.4)

Ricardo Antunes (apud CARNEIRO, 2012, p.2) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, advindas de uma lógica societal onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, como formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva. Assim, o novo contexto pode *diminuir* o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não *eliminar-lo*. Nesse sentido, o trabalho não perde a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores. Essas mudanças são identificadas a partir da diminuição dos trabalhadores industriais tradicionais, do aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, e da heterogeneização das formas de trabalho marcadas pela informalidade, pela subproletarização caracterizada pelo trabalho em tempo parcial, doméstico, temporário, precário, subcontratado e pelas terceirizações, além do desemprego estrutural e da feminização do mercado de trabalho.

No cenário mundial das condições de trabalho marcado pela flexibilização ilimitada, informalidade e revolução tecnológica, Antunes enfatiza que se tende a ter uma (re)configuração de uma nova morfologia, ou seja, forma de ser, - resultado das fortes mutações que abalam o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Dentre esses perfis da nova classe de trabalhadores o autor apresenta: os terceirizados, subcontratados, temporários, bem como os trabalhadores de telemarketing, *call centers*, motoboys, digitalizadores, assalariados de *fast food* e hipermercados, etc.

Segundo Ricardo Antunes (2009), a nova configuração que se tem é a proeminência de uma classe-que-vive-do-trabalho composta por trabalhadores produtivos e improdutivos, onde permite reconhecer que o mundo vem sofrendo grandes mutações. Há uma maior intensificação de trabalho em três setores tradicionais da economia: indústria, agricultura e serviços. Se encontram exercendo trabalhos parciais, precários, com o aumento do contingente do subemprego e desemprego, e uma resultante exploração para os trabalhadores, pelo fato de um desmonte da legislação social protetora do trabalho.

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe

trabalhadora deve incorporar a totalidade dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as). A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partimos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, do que afirmar o fim do trabalho ou até mesmo o fim da classe trabalhadora. (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 343)

Compreender as perspectivas do mundo do trabalho com suas diversas formas modeladoras, é interpretar um processo que sofre alterações de acordo com ditos paradigmas da história, são características e dimensões com desdobramentos em torno do sistemático capitalismo, logo, é possível perceber uma dinamicidade econômica, articulada e atrelada à transformações e possíveis desafios, e a partir daí, se tem visões duais do processo, com setores formais e informais de aspectos modernos e tradicionais.

2.2 - O trabalhador informal em meio á crise estrutural do capital (no contexto urbano).

Ao pensarmos o trabalho em suas diversas esferas, analisaremos-o aqui em relação ao contexto urbano, isto é, onde há inúmeras formas de produtividade, maior política econômica e social, dessa maneira, dar enfoque de como se dão as passagens entre o legal e o ilegal ao nível de produção comercial na cidade, tendo esta, principal destaque pelo número cada vez maior em seu contingente populacional. Como pode se perceber em anteriores relações:

Já na década de 70, de acordo com Forbes (1989), os componentes do trabalho informal são redimensionados pelo processo de acelerado crescimento demográfico urbano nos países de terceiro mundo, que além das características anteriormente atribuídas, passa a ser entendido como setor econômico que abriga os trabalhadores incapazes de serem integrados aos setores produtivos mais importantes da economia capitalista em desenvolvimento, sendo assim obrigados a compor e buscar meios de sobrevivência em atividades economicamente menos importantes e que compunham o denominado setor informal. (GONÇALVES, 2002, p.2)

Bem como:

O crescimento populacional e a complexificação das relações sociais e econômicas no meio urbano levam ao surgimento ou a possibilidade de desempenhar funções que outrora não existiam para os trabalhadores que compunham o setor informal, expandindo este setor, que passa a diversificar-se, originando uma diversidade de ocupações tais como: a de vendedor ambulante, de camelôs, empregados domésticos, catadores de papel, e os mais diversos tipos de prestação de serviços e as pequenas unidades produtivas. (GONÇALVES, 2002, p. 4)

Pelo descrito acima, compreende-se ao que retrata Hirata (2010) que as cidades passam a ser o grande lugar de mecanismos novos de poder que irão responder a problemas que anteriormente não se colocavam senão de maneira marginal, isto é, indivíduos numa condição de marginalizados dos setores produtivos, passam a sobreviver através de atividades informais no contexto espacial urbano. “A cidade ocupa um papel central: espaço onde se realizam mudanças da estrutura material de produção, circulação e consumo, lar da expressividade dos novos traços constitutivos das interações entre seus habitantes” (HIRATA, 2010, p. 40).

Diante das suas grandes articulações, podemos considerar, que a cidade é sede da economia monetária, da circulação do dinheiro e da mais alta divisão do trabalho. Relata Hirata (2010, p. 43): “A cidade por sua vez, seria o grande palco deste processo que liberta o homem, o meio por onde estes fluxos monetários passam e produzem as novas liberdades”.

Articulações entre as práticas urbanas que vem ocorrendo nos interstícios dos mercados informais, ilegais e ilícitos, descrevendo um cenário urbano no qual se expande uma ampla ‘zona cinzenta’ que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas e delituosas. É justamente nas fronteiras porosas destes mercados formados entre o legal e o ilegal, o formal e informal, que transitam de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. (HIRATA, 2010, p. 101).

Abordar cidade traz à tona também um aspecto crítico sobre a constatação da desordem da cidade moderna e a consequente desestabilização dos laços sociais. Se tem aí, uma dinâmica do urbano muitas vezes como lugar de tensões e instabilidades permanentes; produzindo assim constantes reconfigurações. De acordo com Meia (1999), uma política

econômica urbana coloca no centro das atenções os mecanismos econômicos de desenvolvimento das cidades, assim como se evidenciam também desequilíbrios sociais relativos em virtudes dos conflitantes interesses dominantes.

Ainda segundo Hirata (2010), o ponto de partida e o conceito central para a compreensão destas transformações sociais, econômicas e políticas, cujo centro a cidade ocupa é a circulação. De acordo com o autor, o mercado e a cidade seriam os lugares onde a circulação produziria efeitos desejáveis e indesejáveis, mas de toda a maneira é a escala do meio urbano que deve ser pensado para que a natureza humana possa ser realizada. E, se o meio é este lugar dos fluxos da circulação que o mercado produz, o impulso principal da natureza humana que produz este meio é a troca.

A circulação é um elemento-chave desta economia monetária que permite as trocas de mercadorias, que organiza os deslocamentos de pessoas no espaço urbano, e que está no centro da maneira pela qual os contatos entre os habitantes da cidade são realizados. [...] A circulação produzida pela economia monetária é o impulso que condiciona o meio urbano para a incerta realização das potencialidades humanas. (HIRATA, 2010, p. 41).

Neste espaço que tais modos de trabalho se vinculam com maior intensidade, enfatizamos o que Meia (1999) reproduz, que a cidade se define basicamente por ser uma localização de população que vive e atua num ambiente construído. Por sua vez, esta condição torna-se uma representação não só de dimensão física, mas importante quanto pela sua organização social onde envolve seu desdobramento histórico e de como se perfaz suas estruturas relacionais de vivência e convivência dos indivíduos que desta fazem parte. Nesse sentido, o que designa entender espaço urbano é verificar o conjunto das suas mais variadas formas de construção, como seu campo econômico, ambiental e social.

Segundo Robert Park (1967, p. 25), “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”. Entretanto, Park complementa ainda, que a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; é ao mesmo tempo uma unidade econômica, e que, por sua vez:

A organização econômica da cidade baseia-se na divisão do trabalho. A multiplicação de ocupações e profissões dentro dos limites da população urbana é um dos mais notáveis e menos estendidos aspectos da vida cidadina moderna. (PARK, 1967, p. 26).

Ao se falar em vida social e econômica ressalta-se as teorias Marxistas que enfatizam que as relações sociais são desenvolvidas por meio das relações de trabalho, ou seja, das forças produtivas e dos modos de apropriação dos meios de produção. Segundo Karl Marx: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, e modificando o modo de produção, o seu modo de ganhar a vida, modificam também todas as relações sociais”. Como já dito, o processo engloba componentes desde a sua forma física até as abstratas tendências de relacionamentos.

Telles (1992), considerando as relações de trabalho nas tessituras urbanas, destaca os mecanismos utilizados no processo de produção de sua própria sobrevivência. Enfatiza a situação de trabalhadores e suas estratégias de sobrevivência, ressaltando condições, modos de vida e regras próprias em que se articulam práticas, valores e tradições, faz-se referência a uma espécie de lógica de sobrevivência.

Descrevemos que no processo urbano ocorrem significativas movimentações que se ampliam em diferentes áreas, e que diante disso, há constantes necessidades de (re)organização e reestruturação regional e particular. E estando em meio a uma intensa crise capitalista, tanto quanto estar diante da consequente precarização estrutural do trabalho, o homem tenta encontrar em seu ambiente, subsídios que possam atender e/ou suprir suas necessidades e de alguma forma reiterá-lo à sua capacidade de criar ou recriar seu autosustento (meios para sua sobrevivência), tendo em vista, é claro, o trabalho como recurso fundamental e característica primordial para sua identidade de responsabilidade existencial.

A crise como um momento da desestabilização contínua é a condição perpétua da natureza humana expressa nas cidades. A crise é este fenômeno natural que detona uma circularidade de efeitos que contaminam e multiplicam os casos e ocorrências de desequilíbrios na cidade. (HIRATA, 2010, p. 56)

O Brasil, em sua atual crise econômica (mais influente a partir de 2014), evidenciou profundas modificações, e no âmbito das dimensões trabalhistas sintetiza uma precarização do trabalho, sendo assim, o que se percebe no atual cenário é a forma como problemas sociais tem ganhado força, o aumento do desemprego, por exemplo, é reflexo da situação econômica do país. No entanto, pessoas se encontram em busca de alternativas para sua

sobrevivência em outras formas de trabalho, como tem encontrado no dito fenômeno da informalidade, existindo aí, a real condição de inúmeros trabalhadores que (sobre)vivem em expressiva precariedade. Ao passo que:

A precarização do mundo do trabalho pode ser identificada como uma expressão da questão social, pois é determinante para as condições sócio-econômicas dos indivíduos, dado que, no cerne da sociedade capitalista, o trabalho é o caminho usado pelos indivíduos para conquistar sua sobrevivência. Assim, a ausência do trabalho reforça a situação de miséria e desigualdade social, pois é através do trabalho que ocorre a obtenção dos meios de vida, bem como o desenvolvimento da sociabilidade entre os indivíduos. (OLIVEIRA, 2009, p. 38)

Segundo Antunes (2006), o movimento de desestruturação do mercado de trabalho revela de certa forma, a natureza e a dimensão da atual crise do emprego na história do Brasil. O mesmo apresenta os três principais componentes que fundamentam essa crise fortemente vivenciada no país. Sendo estes: 1) Desemprego em massa, está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais; 2) Novidade do desassalariamento, caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho diz respeito à regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total de ocupações; 3) Ocupações precárias, refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados.

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital, podem facilmente ser observados na maior parte das cidades brasileiras. É nesse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1999, assumindo dimensões nunca registradas antes. É o caso de lembrarmos o exemplo dos trabalhadores do ABC paulista, da agroindústria canavieira, os catadores de material reciclável, particularmente de papel/papelão que trabalham várias horas, em péssimas condições. Os vendedores ambulantes que perambulam em busca de compradores para suas mercadorias e também os camelôs que tomam conta das calçadas e de outros espaços públicos, onde instalam suas barracas para comercializar os mais variados tipos de mercadorias. Assim os locais escolhidos, geralmente as praças públicas e as calçadas, próximos aos centros comerciais, ou a lugares de grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, são alvos de disputa entre os próprios trabalhadores, destes com os comerciantes legalmente estabelecidos e não raras vezes, entre os trabalhadores e o poder público. (GONÇALVES, 2002, p. 8).

A priori, é válido enfatizar que, o ser humano está integralmente “referenciado” e “respaldado” nas diversas áreas de sua vida. No âmbito do trabalho não é diferente, o trabalhador na real situação como um sujeito de direitos e deveres - cidadão, é

“reconhecido” e “assegurado” tanto pelas leis trabalhistas quanto constitucionais. Em tese, o fato é que diante de tantos conflitos e transformações na sociedade, a citar como exemplo o caso da reestruturação do capital, com a redução dos postos de trabalho, a consequente oferta mínima dos números de vagas, e por vez, estando sujeito à uma possível exclusão social e de mercado, o indivíduo vê nas atípicas ocupações de trabalhos precarizados, meios de garantia de sua sobrevivência.

O que podemos perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas no Brasil, que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e consequentemente nas condições de vida da classe trabalhadora, deixa como única saída para parte crescente dos trabalhadores a busca de uma atividade por conta própria. Ao ingressarem na informalidade, geralmente atividades realizadas fora da regulação estatal, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos. (GONÇALVES, 2002, p. 11).

Diante de tais experiências de marginalização, é importante termos reflexões como: até que ponto o indivíduo pode deixar de ter reconhecido seus direitos? E passamos aqui a pensar sobre a ausência de políticas públicas a esses trabalhadores ditos “excluídos”.

Na formulação de Telles (1990), ressalta-se o significado da privação de direitos, que segundo esta é tão característica da sociedade brasileira.

Daí, que falar de direitos não significa falar de uma determinada esfera social contemplada pela regulamentação estatal. Significa falar, sobretudo, de uma forma de conceber o lugar dos indivíduos na sociedade e as reciprocidades e responsabilidades que esses lugares demandam. Nesse caso, é possível, dizer que o direito é também uma forma de construção da identidade, implicada no modo como as situações de vida são problematizadas nas responsabilidades envolvidas. (TELLES, 1990, p. 39)

No universo da informalidade, na maioria das vezes, ao exercer esse tipo de trabalho, o indivíduo está sujeito a discriminações e desvalorização. Tal fato se consolida principalmente por este não estar legalizado em suas atribuições, mantendo-se como um ser não reconhecido. A visão geral que se tem é que se apropriam de uma identidade negativa, como se fossem trabalhadores “invisíveis” ou “inexistentes”, restrito de benefícios, tais como: assistência médica, gozo de férias, licenças, FGTS, aposentadoria e outros mais. (Benefícios delineados pela CF-88 e CLT).

Vera da Silva Telles (1992) também relata os aspectos que os impedem de se realizar plenamente nas condições concretas de vida. Descreve-os como vítimas de um trabalho instável, muitas vezes com salários insuficientes a altas jornadas de trabalho, circunstâncias estas que ameaçam romper o frágil equilíbrio em que estão estruturadas suas vidas cotidianas. A mesma enfatiza, que para além das consequências perversas nas condições materiais de vida, a privação de direitos significa a ausência de um espaço público de pertencimento no qual seus interesses, razões e vontades possam ser elaboradas e reconhecidas na sua legitimidade. Ainda segundo a autora, a experiência da insegurança e a ameaça constante da pauperização que as condições de mercado vigente implicam, favorecem um destino construído numa dimensão privada da vida social. São instruídos a possibilidades como o subemprego, que como característica do mercado informal se configura como uma alternativa possível de remuneração, mas, diz respeito à prática irregular do trabalho no setor não organizado da economia e que se evidencia na prática comum do emprego sem registro.

Concordamos com Leibante (2008) quando cita que além desse processo de informalização do trabalho que está ocorrendo por meio do processo de flexibilização do trabalho, há também o enorme contingente de pessoas sem emprego que irão buscar nas ocupações mais precárias um modo de garantir o sustento de suas famílias. “É visível o aumento em todo o Brasil do número de carroceiros e catadores de materiais recicláveis, ou mesmo no número de camelôs que se espalham pelas ruas das grandes cidades brasileiras” (idem, p.3).

É evidente como o desemprego tem afetado a essência do direito ao trabalho e aclamado cada vez mais as atividades informais que concretizam um alto grau de precariedade, desse modo, dando voz a uma exploração capitalista.

Nesses termos, o custo Brasil — seja nas dimensões mais gerais da política econômica, seja nas relacionadas aos encargos sociais implicados na força de trabalho — tem sido tematizado pelo capital e pelo trabalho. O primeiro, premido pela necessidade de sobrevivência no interior da concorrência capitalista. O segundo, impelido pela conjuntura do crescente desemprego, pelas formas precárias de trabalho geradas pelo processo de reestruturação produtiva e pela compreensão de que somente através do crescimento econômico é possível resolver a questão do emprego nacional. (AMARAL, 2007).

A População Economicamente Ativa – PEA, refere-se ao contingente de pessoas que produzem para o país e que integram o sistema produtivo, e apontam que:

Atualmente, o Brasil vem atravessando muitas evoluções nos diversos setores da economia. A partir da década de 40, quando teve início de forma tardia o processo de industrialização, houve um acelerado crescimento urbano provocado pela mecanização do campo, fato que ocasionou a perda de postos de trabalho nesse setor, promovendo um enorme fluxo de trabalhadores para os centros urbanos, dando origem ao fenômeno conhecido como êxodo rural. Todo esse fluxo desencadeou uma diminuição de trabalhadores inseridos no setor primário. O setor secundário, por outro lado, teve um grande crescimento em razão dos fatores anteriormente citados, essa crescente perdurou até os anos 80, logo apresentou uma queda proveniente das crises econômicas que assolou o país nesse período, a modernização desse setor retira muitos postos de trabalho. O setor terciário brasileiro é o que mais cresce recentemente. As causas desse aumento são a urbanização do país e as necessidades das grandes cidades que impulsionam o mercado de prestação de serviços. Esse setor tem oferecido muitas oportunidades de trabalho, desde mão de obra especializada até de baixa qualificação. (MUNDO EDUCAÇÃO: pg. ON-LINE)

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a População Economicamente Ativa do Brasil compreende 61,5% (taxa de participação) da população. Ressalta-se que desse quantitativo que compõe a PEA brasileira, o gênero masculino aparece em maior índice em relação ao gênero feminino. Ainda segundo o IBGE, do total da população ativa no Brasil, pouco mais de 20% encontram-se no setor primário, 21%, no setor secundário; e 59%, no setor terciário.

Reginaldo Prandi (apud SANTIAGO e VASCONCELOS, 2017, p. 226 e 227): argumenta que há uma relação inversa entre o patamar de desenvolvimento capitalista de uma região e o número de trabalhadores por conta própria que nela se inserem. O autor indica que entre os anos de 1940 e 1970 a participação dos trabalhadores por conta própria no total de ocupados teve um peso maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões menos desenvolvidas do país; Ou seja, “conforme cresce o PIB *per capita*, é esperada uma redução da participação do autoemprego na economia” (Gomes, 2009, p. 109). Nesse período de trinta anos (1940-1970), os dados dos censos demográficos mostram que o percentual de trabalhadores por conta própria no total de ocupados (excetuando-se os setores agrícolas) caiu de 36,4% para 20,6% (PRANDI, 1978). [...] essa proporção se mantém estável até o ano de 2014 – 21,3% da população exercia atividades inerentes ao trabalho por conta própria”. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a proporção de trabalhadores com emprego assalariado no período 2001-2014 avançou de 54,3% para 61,0%, sendo que a parcela dos que possuem carteira assinada elevou-se de 29,4% para 39,1%, enquanto aqueles sem

carteira assinada tiveram perda de participação – 18,4% em 2001; 14,7% em 2014. (SANTIAGO e VASCONCELOS, 2017, p. 227).

No entanto, já no ano de 2017, pelo menos 37 milhões de brasileiros estariam trabalhando na informalidade no Brasil, e atualmente, ano de 2018, se tem o menor número de trabalhadores com carteira assinada desde 2012, ou seja, estes dados estão relacionados/ligados à crise econômica e à consequente redução dos postos de empregos formais no país; onde empresas estão demitindo e deixando de contratar. Daí, surge a busca por algum tipo de renda, o que resulta no avanço expressivo do trabalho informal. Segundo estimativa do IBGE, 40% dos brasileiros estão ocupados na informalidade, seja trabalhando sem carteira assinada, por conta própria ou na categoria de trabalhador auxiliar. O cenário que se vive é onde a informalidade foi/é resposta à estabilização do desemprego gerado.

Esse desafio deve ser superado por novos arranjos institucionais e negociações políticas que ampliem a atenção dada ao trabalho por conta própria no país. A formalização não deve ser encarada como um fim em si mesma, e sim como um primeiro passo de inclusão e acesso a patamares básicos de cidadania, como um meio para que as pessoas tenham melhores condições de desenvolver seu potencial produtivo e percebam maior nível de bem-estar. Ainda que com algumas flutuações, a proporção da população brasileira ocupada no trabalho por conta própria se mantém, de 1970 até o início da atual década (2014), no mesmo patamar: cerca de 20% dos ocupados. Trata-se, portanto, de uma questão estrutural na configuração do mercado de trabalho do país, e que deve ser compreendida a partir da heterogeneidade que marca esta categoria ocupacional. (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017, p. 243).

Atualmente, em meio a um alto índice de desemprego no Brasil (principalmente nos anos de 2016 a 2018), onde desempregados somam 12,5 milhões de pessoas no país, o 3º (terceiro) trimestre do ano de 2018 aponta para uma redução desse quantitativo que caiu para 11,9%. Segundo o IBGE o contingente é menor em relação ao ano anterior (2017) que chegara a apresentar o número expressivo em mais de 13 milhões de desempregados no país, como tal realidade repercutia ainda no primeiro trimestre de 2018. Logo, apresenta-se que recentemente houve uma queda da taxa de desemprego no Brasil puxado pela informalidade, isto é, tal recuo foi puxado pelo aumento do trabalho informal ou por conta própria. Puxada pelo trabalho informal, a população ocupada aumentou em 1,5% (1,3 milhões de pessoas a mais), empurrando a taxa de desocupação para 11,9%, contra 12,4% no período anterior. Por sua vez, o número de desocupados registrado no ano

em curso caiu em 3,7% em comparação à anos anteriores. As informações são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal, divulgada pelo IBGE.

De acordo com o IBGE, foi o trabalho informal o maior responsável pela queda do nível de desocupação. “O problema maior desse avanço é que isso se deu em emprego sem carteira e por conta própria. É um resultado favorável, mas voltado para informalidade e aumento da subocupação”, afirma Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, em nota. O mesmo ainda analisa que: “o que está em questão, é o fato de o Brasil manter esse ritmo da crise no mercado de trabalho”. De acordo com o pesquisador do IBGE, a queda do número de carteiras assinadas tem relação direta com a conjuntura política e econômica do país. “Um cenário econômico conturbado, um cenário político instável, isso traz desestabilização para o mercado de trabalho e seus efeitos são quase imediatos. Reestruturar postos de trabalho, recompor carteira, isso demora”.

O gráfico a seguir, mostra dados da taxa de desocupação sofrida pela população brasileira nos últimos anos. Consiste numa retração ou menor expansão da força de trabalho no cenário atual, mesmo o ano em curso apresentando uma presente desaceleração em relação ao período anterior (2017), observa-se uma permanência do desemprego recentemente, sendo este um fator que dá vez e voz a informalidade.

Gráfico 1. Taxa de desocupação.



Diante disso, percebemos portanto, que há a recorrente ligação ao aumento de bolsões de precarizados, terceirizados, informalizados e desempregados, ou seja, torna essa massa de trabalhadores mais crescente. Aspecto este que muitas vezes, disfarça o trabalho alienado; o trabalho informal se torna um desemprego disfarçado. Antunes ao analisar essa precarização do trabalho, faz uma significação ao se aprimorar do pensamento de Marx no século XIX, quando se refere ao trabalhador que ao exercer sua produção, sua força de trabalho é oferecida como mercadoria.

De modo geral, vigorando assim as ditas transformações por meio da reconstituição que se desenvolvera em relação às espécies de produtividade, o “desfecho” que se tem dessa realidade é que de acordo com Ricardo Antunes (2010), desse processo de muitas mudanças, se apresentou uma classe trabalhadora mais heterogênea, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, estáveis e precários. Segundo Antunes, uma nova morfologia do trabalho, mais heterogênea, diversificada e com maior envolvimento, mas, que sofre desorganização.

CAPÍTULO 3. O TRABALHADOR INFORMAL (VENDEDOR AMBULANTE) DO SETOR COMERCIAL (CALÇADÃO) DA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA

3.1 - Descrição da cidade e do Setor Calçadão de Imperatriz

No que se refere ao espaço/campo de pesquisa deste trabalho, a cidade de Imperatriz está localizada no Sudoeste do Estado do Maranhão, situada a 630 km de distância da capital São Luís, é considerada a segunda maior cidade do Estado com extensão territorial de 1.367.901 km², e contingente populacional correspondente a 253.123 habitantes (Fonte: Censo Demográfico/IBGE/2015). É reconhecida também pelo título de “Portal da Amazônia” e tem como principal destaque de suas belezas naturais o fato de que é banhada pelo Rio Tocantins (a cidade se estende pela margem direita do rio) o que garante uma posição geográfica satisfatoriamente privilegiada.

A princípio, é fortemente conhecida pelo seu comércio varejista (setor calçadão) e atacadista (setor mercadinho), além destas, prevalecem as atividades de terceirização de serviços, caracteriza-se como polo de abastecimento comercial para mercados locais, assim é destaque juntamente com algumas cidades vizinhas dos Estados do Pará e Tocantins. Outra grande influência para suas potencialidades é de que a mesma está em ponto estratégico para o desenvolvimento de suas atividades, por ser atravessada pela Rodovia Belém-Brasília (BR-010) e como dito anteriormente ser banhada por um dos maiores rios do País (Rio Tocantins).

A história de Imperatriz sempre esteve configurada por seus influentes negócios em busca de seu progresso. É válido ressaltar, que atividades econômicas que vigoraram nacionalmente no passado como os ciclos do açúcar, do café, da castanha, da borracha e da mineração (ouro), influenciaram nos estados brasileiros e suas regionais, por sua vez, há também os ciclos econômicos que puderam atuar diretamente na economia do município de Imperatriz como o ciclo do gado, do arroz e da madeira, caracterizando dessa forma parcela contributiva para o desenvolvimento da referida cidade. Assim, Imperatriz também teve como foco, seus vários “Ciclos”, considerando desde sua fundação (1852) ao seu conseqüente povoamento, mesmo quando se repercutiam algumas atividades nas cidades circunvizinhas, de alguma forma já refletia e contribuía para o desenvolvimento econômico da cidade.

No que diz respeito à mão de obra ativa da cidade, destaca-se com maior apropriação no setor terciário, com o forte comércio de mercadorias e prestação de serviços.

Sobre o Calçadão de Imperatriz, baseia-se por ser um espaço público de comércio da cidade. Criado em 1979, na gestão do prefeito Carlos Amorim, está situado na Avenida Getúlio Vargas, entre as ruas Simplício Moreira e Sousa Lima, é ainda subdividido (cortado) pela rua Coriolano Milhomem. Caracterizado assim, um espaço dividido em dois calçadões. Tem por referência localizar-se nas proximidades (ao lado) da então conhecida Praça de Fátima.

Marcado pelo artefato comercial, é cercado por lojas em seus diversos segmentos: confecções, calçados, acessórios, assistência técnica, entre outros; logo, dividem este espaço com vendedores ambulantes que permanecem ao centro com suas barracas também com produtos diversificados e a preços populares, dessa maneira, disputam e fazem parte da dinâmica econômica local.

Nessa área o fluxo de pessoas que transitam todos os dias é bastante intenso. O respectivo ambiente chega a atrair não somente os imperatrizenses, mas também moradores circunvizinhos da região (tocantina). Vale dizer, a serem tanto funcionários como clientela.

Em âmbito geral, enquanto o trabalho formal está a par de toda uma estrutura, o trabalho informal é vivenciado de maneira clandestina, uma economia que se torna invisível por não estar regulamentada como se deveria. Logo, vale dizer, que as duas vertentes trazem resultados completamente diferentes à sociedade, tanto para quem a executa como para quem estimula essa prática, de maneira direta e indiretamente.

Os locais de venda dos camelôs se estendem por ruas e praças no espaço urbano e fazem parte do que podemos denominar de “economia invisível”. As novas mutações que ocorrem no processo e organização do trabalho contribuem para a existência de uma relação perversa, em que o trabalhador tem seu direito ao trabalho desrespeitado. Considerando-se a discussão sobre a negação/centralidade do trabalho em relação ao mercado formal/informal, faz-se necessário analisar as relações sociais de trabalho dos vendedores ambulantes. (MATSUO, 2009, p. 17 e 18).

A tipologia do trabalho informal consiste na execução de atividades econômicas que não possuem registros oficiais ao cumprimento da ordem da formalidade e da conformidade trabalhista, conseqüentemente, não estando sujeitas a obrigatoriedade da obediência de regras e regulamentos. Todavia, atribuído a este a visão de um trabalho desqualificado, precário e instável, culmina dessa forma ser bastante desvalorizado. E dentro desse contexto, concorda-se com Matsuo (2009) quando aponta que pela falta de um contrato que proteja o trabalhador, este deixa de ser visto como cidadão ou sujeito de direitos.

Trabalhadores citadinos informais articulam meios de estarem inseridos a dinâmica de mercado, e por meio dessa funcionalidade conseguem a garantia de sobrevivência. Nesse sentido, os vendedores ambulantes dessa localidade, são trabalhadores que de alguma forma estão exercendo sua metodologia de trabalho como estratégia de manutenção de vida.

Para se entender mais um pouco sobre esse tipo de trabalho e conhecer de perto tal realidade, a escolha desse ambiente como campo de pesquisa – o calçadão, se fez por ser caracterizado como ponto central da cidade pela forte comercialização e onde percebe-se um número expressivo desse tipo de trabalho informal.

3.2 - A prática de vendedores ambulantes no calçadão de Imperatriz.

Ressalta-se, que a definição de trabalho por conta própria, está baseada que:

Em 1958 a OIT, por meio da International Classification by Status Employment (ICSE), definiu o conceito “trabalhador por conta própria” como a pessoa que opera o seu próprio empreendimento econômico, ou que se envolve de forma independente em uma profissão ou comércio, sem contratar funcionários. (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017, p. 224 e 225).

Bem como:

Classifica-se como “conta própria” a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside. (IBGE, 2008, p. 4).

Segundo Matsuo (2009) acerca desse tipo de trabalho apresenta-se definições e características de acordo à Organização Internacional do Trabalho – OIT (1960):

O setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados, competitivos e com baixo nível de organização, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam pouco capital, técnicas rudimentares e mãos de obra pouco qualificadas, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. (MATSUO, 2009, Pág. 26 e 27)

A prática de vendas neste dito local – calçadão, consiste nas mais diversas atividades. São comercializados produtos de origem alimentícia, acessórios, utensílios e até mesmo de prestação de serviços.

Repercutem vendas de mercadorias como: confecções, calçados, bijuterias, brinquedos, acessórios diversos, utensílios domésticos, CD's e DVD's, chip's de celulares, revistas e jornais, entre outros artigos e serviços prestados como assistência técnica. Porém, se tem em maior número as barraquinhas com vendas de alimentos, a citar: frutas (diversificadas), lanches prontos como batata frita, cachorro- quente (*hot dog*), espetinhos, salgados, bolos, sucos, refrigerantes, salada de frutas, açaí pronto, tendo ainda água de coco, água mineral, entre outros alimentos.

Vale ressaltar que esses trabalhadores são cadastrados diante de tais atividades. De modo geral, essas pessoas trabalham de segunda a sábado neste ponto comercial. Pelo modo como esses trabalhadores de rua estão expostos, infere-se que são indivíduos sujeitos às diversas condições de trabalho degradantes, como: insegurança (condições de rua), insalubridade, intempéries climáticas (chuva/sol), poluição ambiental (ruídos), a incerteza de salários/vendas, entre outros fatores. Tal prática caracteriza-se por ser o “Camelô de ponto fixo” – monta e desmonta a barraca.

Sobre o tempo de trabalho desses vendedores ambulantes nesta localidade são bem variantes, dentre os entrevistados o mais antigo neste ponto está há 22 anos com vendas de acessórios diversos, e o mais recente tem apenas 20 dias em exercício com venda de alimentos nesse local, onde relatou que anteriormente trabalhava com carro de frete. É importante ressaltar que muitos deles não possuem tanto tempo neste dito local, mas que já trabalharam no “ramo” (expressão muito dita por eles) em outros lugares. As mulheres

também já exercem suas atividades há algum tempo, uma delas com a venda de batatas fritas há 8 anos e a outra com a venda de açai pronto a 5 anos.

3.3 - O perfil desse trabalhador.

Para melhor conhecer quem são esses indivíduos, tal procedimento foi idealizado a partir de entrevistas com esses ditos trabalhadores. Foram entrevistados 10 vendedores ambulantes (8 homens e 2 mulheres), com atividades de comercialização distintas, são vendedores de alimentos, acessórios pessoais e domésticos.

Desses trabalhadores entrevistados, em sua maioria são homens, também em sua maior parte são casados, com faixa etária de idade que corresponde de 20 a 60 anos. Dentre eles, apenas um jovem e um idoso. As mulheres estão em quantidade bem mínima em relação aos homens, são mães de família com idades correspondente a 48 e 50 anos.

Em análise a esse quantitativo entre gêneros, percebe-se que o impacto da crise do emprego se torna em menor grau para as mulheres em relação aos homens. Talvez isso se justifique pelo fato de estas todavia já se encontrarem em menor número no mercado de trabalho e também pelos tradicionais papéis sociais exercidos por cada gênero perante a sociedade, onde o homem tem por finalidade ser o mantenedor familiar, os obrigando dessa forma a apropriar-se de alguma condição de trabalho e obtenção de renda com mais urgência em relação à mulher, esta que antes apresentava muitas vezes numa posição somente de complementar o orçamento doméstico, atualmente são trabalhadoras com suas duplas jornadas, em suas condições extremamente conflitantes.

Nesse sentido, ao referirmos com maior visibilidade o trabalho aos homens (gênero masculino) devido a sua posição social de chefes de família, ressalta-se que hoje também muitas mulheres já possuem o referido papel de chefes de família. E pelo teor de importância dessa posição do trabalho à entidade familiar, podemos adequar ao que Telles (1990) define, que o desemprego para o trabalhador equivale e está intimamente ligado questão de identidades e lugar no mundo.

Trabalhadores por definições instáveis, são especialmente vulneráveis em conjuntura de retração econômica. No entanto, o impacto do desemprego para as mulheres é certamente menos dramático do que para os homens. Ao contrário, do que ocorre antes, a perda do emprego não questiona sua identidade e tampouco ameaça sua noção de dignidade, por mais que as consequências possam ser

graves do ponto de vista das exigências da sobrevivência familiar. É como se as fronteiras entre o emprego e o desemprego, como duas situações diferentes de vida, não se constituísse plenamente, em função mesmo do lugar ambíguo que o trabalho ocupa na construção de suas identidades. Daí, o aparente paradoxo de uma situação em que, sendo mais instáveis e mais penalizados numa conjuntura de retração econômica, o desemprego não é problematizado como uma condição injusta e perversa nas suas consequências. Num certo sentido, é o mesmo que acontece com o subemprego. Sem muitas chances no mercado de trabalho, principalmente depois de casadas, o subemprego é alternativa irregular, subremunerado e sem registro em carteira é de alguma forma legitimado pelo caráter de “ajuda” que tem o seu trabalho do ponto de vista da hierarquia familiar e também pelo suposto de que estão cobertos pelos benefícios garantidos pelo trabalho registrado de seus maridos. (TELLES, 1990, p. 43)

Já no que diz respeito à escolaridade, a grande maioria dos trabalhadores no local abordado possuem baixa escolaridade como ensino fundamental ou médio incompleto.

E em relação a moradia, a maior parte desses trabalhadores moram na cidade de Imperatriz, mas há também casos de alguns vendedores que são de localidades circunvizinhas, a exemplo de um dos entrevistados o Sr. Francisco Araújo – 58 anos, que reside em Davinópolis, e que se apresentou como o representante desse grupo de trabalhadores informais (vendedores ambulantes) do setor calçado de Imperatriz.

3.4 - Motivos/Perspectivas que os levaram a adoção dessa atividade.

O Porquê da prática?

Algumas dessas pessoas entrevistadas já trabalharam com carteira de trabalho assinada, outras não. Tratam-se de casos de trabalhadores que não conseguiram mais voltar à formalidade; daqueles que não se interessaram para conquistar o ingresso na formalidade; e ainda, dos que nem sequer tiveram a oportunidade desta; enfim, percebe-se como as trajetórias de vida de cada um são bem diferentes para que fizessem com que estivessem ali.

A exclusão social do contingente humano expulso dos empregos formais em empresas capitalistas consolida-se quando passa a integrar o *setor informal*, definido como as atividades por conta própria, às atividades semi-legais, os “bicos”, os pequenos negócios extremamente precários no que diz respeito à proteção e as condições de trabalho, deixando-os seus produtos numa penumbra entre a *marginalização social* e a *superexploração do trabalho* familiar e domiciliar, por exemplo. As atividades informais seriam, então não completamente regulamentadas pelo Estado; ocupações nas quais os

trabalhadores é instável, precarizado e mal remunerado, e onde a *superexploração do trabalho* é mais evidente, resultando numa situação social de *pobreza, exclusão e marginalização* dos integrantes deste setor informal. (MATSUO, 2009, p. 67).

Diante de tais fatos, a inserção e a permanência de indivíduos no trabalho informal está primeiramente ligada a sua lógica de sobrevivência, pois, viram nesta funcionalidade o meio de garantir seu sustento e da família, principalmente são os casos daqueles que não conseguiram adentrar em melhores formas de trabalho.

E assim, existem relatos de vários ângulos e percepções, os que relatam que sempre encontraram dificuldades para usufruir de um trabalho com carteira assinada, outros que não se adaptaram em vivenciar numa certa hierarquia que sabemos que se desenha e se mantem no trabalho formal, e há também aqueles que exercem esse tipo de trabalho por simplesmente gostar do que fazem e preferiram continuar nesta forma de trabalho por desfrutarem de maior “liberdade”.

Em alguns outros casos, esse tipo de atividade não se apresenta como a principal ou a única fonte de renda para esse trabalhador, mas sim como uma complementação para ajudar no custo de vida, é claro que puderam ser verificados em pequena escala, a citar que é mais evidente nos casos dos possuidores de aposentadorias e/ou auxílios. Há também, alguns trabalhadores que possuem outro tipo de renda extra, outras prestações de serviços em ambientes externos, isto é, não estão intimamente/somente ligados às atividades realizadas neste local.

Das entrevistadas, uma já trabalhou em trabalho formal (carteira assinada), e por sua vez a outra nunca trabalhou nesta modalidade. Mas ambas as trabalhadoras ressaltam a valorização de seu trabalho, na sua própria forma de ganhar a vida. Enquanto uma delas diz já ter se acostumado com sua realidade de sempre ter trabalhado por conta própria, a outra resalta que mesmo que já tendo tido a oportunidade de vivenciar um trabalho formal, diz não trazer boas recordações dessa experiência, pois o descreveu como um período de muitas conturbações e sofrimento. Logo, entrar para essa prática e o modo como passou a garantir seu sustento atualmente, a fez sentir-se bem, mesmo que se tenha de estabelecer regras de organização e compromisso com o seu trabalho, ao passo que ela própria diz instituir suas metas.

O calçadão!

Os trabalhadores de ambos os gêneros justificam a escolha do local calçadão de Imperatriz, por se tratar da grande movimentação de pessoas para acesso ao setor comercial, sendo este o ponto central e de forte comercialização da cidade. No entanto, mesmo aqueles que não residem próximos a essa localidade, ou seja, mesmo não morando tão perto do seu local de trabalho asseguram valer a pena, porque se trata de um ponto vantajoso da economia pelo seu grande mercado.

Porém, é evidente que para essas escolhas, também apareçam alguns casos específicos, como de um entrevistado que relatou ter trabalhado há alguns anos atrás neste mesmo local, só que antes no setor logístico (com emprego formal) e depois de algum tempo acabou voltando para este mesmo espaço com o seu próprio negócio – venda de cachorro quente (*hot dog*). De outra forma, uma entrevistada ressaltou se inserir neste local por influência de sua filha que já trabalhava na informalidade e já se encontrava nesta localidade, garantindo ajudá-la a adquirir um posto de trabalho e o carrinho de venda - vendedoras de açaí pronto. E ao mesmo tempo citar também, um jovem que diz dar continuidade ao trabalho do pai com a venda de frutas.

Ressaltamos aqui que estes trabalhadores ambulantes/camelôs vivenciam também uma espécie de coerção por parte da fiscalização municipal da cidade, mesmo sendo cadastrados como foi dito por um dos representantes dessa categoria, existe uma forte apatia por parte do empresariado logístico desse espaço, alegando os meios de incoerência no patamar da concorrência e a inaceitável ausência de cumprimento aos regulamentos, a exemplo, dos impostos.

Sabemos que atualmente o trabalho se configura basicamente por uma divisão capitalista que se distingue em economia formal e informal, e como já dito, acabam por articular-se de forma desigual. Pois, enquanto a primeira está a par de toda uma conjuntura estereotipada, a outra se perfaz como um modelo de ordem clandestina, bastante rentável mas, que ao mesmo tempo se torna invisível por não estar regularizada como deveria ser. Assim, análises que se pode fazer dessa realidade é que, para a economia do país a informalidade traz problemas como: queda na arrecadação de impostos bem como da contribuição da previdência, etc. E por outro lado, aponta Leibante (2008, p.5), “a informalidade vem ganhando espaço na sociedade devido a sua funcionalidade ao capital,

ou seja, o trabalho informal se mostra capaz de auferir lucros maiores para o capital, já que este último economiza gastos com a legalização de sua força de trabalho”. Além disso, o autor demonstra como o capital através dos processos de flexibilização do trabalho ressuscita formas precárias de trabalho, com o objetivo sempre de cortar gastos com a força de trabalho empregada.

Desse modo, ligamos ao que Ricardo Antunes (2006) aponta, que o processo que precariza condiz a problemas de ordem estrutural e manifesta-se provocando e/ou acrescentando o fracasso gradual do Estado social, recriando formas de trabalho servil (incremento de exploração), e de modo geral acentua uma desestruturação do trabalho em sua forma e substância.

Qual(ais) as expectativas sobre o trabalho? Mesmo em relação a atual crise econômica?

De forma bem sintética, para tentar uma melhor investigação sobre suas perspectivas no que tange aos seus modos de vida e trabalho, foi prioritariamente realizado o seguinte questionamento:

- Em caso de uma possível oferta de trabalho com carteira assinada, você trocaria sua atividade atual por esse novo emprego (formal)?

As respostas foram bem variadas, alguns afirmaram com convicção não aceitar, pois sentem-se bem com o que fazem e não pretendem exercer outro de tipo de atividade, a exemplo de uma vendedora que veio a citar que a mesma efetua o pagamento junto a previdência social e logo se sente mais segura ainda para continuar seu próprio modo de trabalho, outros se referem a possibilidade de conseguir adquirir uma maior remuneração se comparado ao que é proposto como base do salário mínimo, no entanto, outros responderam que a condição é bem relativa, destacaram que nesse atual cenário de crise, o rendimento tem decaído, e pensar em uma outra forma de trabalho no qual a remuneração fosse superior ao que adquirem no momento, poderia ser de fato uma boa alternativa.

É perceptível que nos marcos desse processo de crise capitalista e trabalhista, e na solução de ter que assumir uma atividade autônoma, muitos acabam por confundir essa condição como um caráter de trabalhador empreendedor, não que o trabalho informal e o

empreendedorismo - correspondentes dessas características de trabalhar por “conta própria” sejam considerados algo novo, mas com os novos padrões de produtividade à lógica do mercado, ocorre que as pessoas procuram ou criam sua própria forma de trabalho mas como opções ou estratégias de sobrevivência. Desse modo:

O trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para ganharem mais, serem seus próprios patrões e terem maior autonomia. Nesse aspecto, surgem perguntas quanto a uma preferência dos trabalhadores pela formalidade ou informalidade, a rigidez ou a flexibilidade. (MATSUO, 2009, p. 4).

E/ou:

É possível percebermos então que essas “novas” modalidades de trabalho tem significado precarização e maior degradação das condições de trabalho, ao invés de significarem alguma autonomia ou liberdade perante os ditames do capital. Esse processo se deve em grande parte ao aumento do número de trabalhadores desprotegidos socialmente, trabalhadores esses que devido aos elevados números do desemprego tem sido obrigados a aceitar formas degradantes de trabalho que estão sendo recriadas continuamente pelo capital com o único objetivo de auferir maiores taxas de lucro para o conjunto da classe dos capitalistas. (LEIBANTE, 2008, p. 6).

Diante da possibilidade de permanência na economia informal, verifica-se que existem dois lados da expressão: há quem decide valorizar e externar principalmente às vantagens da informalidade, ou seja, reproduzem definições como: “Ser o próprio patrão”, “Ter seu próprio negócio”, “Fazer o seu próprio horário”, etc; assim se apropriam de um caráter de autonomia, que nesse sentido atribui o privilégio da liberdade de escolha, onde o trabalhador é visto como “Dono de seu destino”, como um ser independente e empreendedor de negócios. E por outro lado, estar na informalidade nem sempre é resultado de opção, mas sim da real necessidade da geração de uma renda, por sua vez, isto é em sua maioria resultado da dificuldade de inserir-se num mercado de economia formal.

Daí, a concepção que se tem desse tipo de trabalhador em relação ao seu trabalho informal hoje, pode ser analisada a partir de duas variantes: 1) do contraste de ter de exercer uma respectiva atividade no intuito de solucionar e se sobressair de possíveis condições impostas negativamente à sua sobrevivência, e/ou; 2) fazer valer sua relativa autonomia de deliberar sobre suas alternativas e escolhas dando-lhes o caráter de um

indivíduo empreendedor, mas, que ameniza a responsabilidade do sistema e dar nova aparência á precariedade que muitos outros realmente vivenciam de maneira sólida e impactante. Portanto:

São mutações de fundo. Mas então é preciso reconhecer que isso altera as relações entre trabalho e sociedade, seja no registro do trabalho que se descola dos dispositivos do emprego para se desdobrar nas formas variadas de trabalho precário, intermitente, descontínuo, e que tornam inoperantes as diferenças entre o formal e o informal; seja no registro das miríades de expedientes de sobrevivência que mobilizam os “sobrantes” do mercado de trabalho, mas que também operam como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando igualmente indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não-trabalho. É uma situação que está a exigir um giro em nossas categorias, de modo a construir um plano de referência que permita colocar em perspectiva e figurar esses processos, ressituar os problemas, levantar outros tantos e perceber nas dobras das redefinições e desagregações do “mundo fordista” outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsação do mundo social. (TELLES, 2006, p. 174).

Assim sendo, presume-se que diante de condições tradicionais e modernas do trabalho, com suas influências substanciais que dão motor a construção dos modelos de convivência e sobrevivência da sociedade, concorda-se com o que enfatiza Ricardo Antunes (2006, p.16), “O processo de reestruturação produtiva do capital provocou significativas alterações em nosso capitalismo recente, de modo que ainda não temos uma visão conclusiva da configuração que vem se instalando”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o cenário econômico hoje, é perceber a forma como ditos problemas tem ganhado força, e um grande e principal destes é o temido desemprego, que leva inúmeras pessoas ao enfrentamento de uma sobressaída. No entanto, o homem procura meios para uma possível reintegração econômica. E é aí, quando tudo se torna um obstáculo, sua capacidade de criar deve falar mais alto, e nessa tentativa de reorganizar-se, de ter de “solucionar” ditos problemas, da garantia de um trabalho e renda para sobrevivência, muitas vezes, acaba por (re)cair no chamado modo de trabalho informal.

A lógica do trabalho ligado ao modo de vida contemporâneo e suas particularidades, trazem novas formas laborais, são novos modos de trabalho e execução, com diferentes classes de trabalhadores, nova roupagem às relações sociais e trabalhistas, bem como outros fatores. Entende-se que a classe trabalhadora atual, é diferente do proletariado industrial que se definia estável e especializado. Ao mesmo tempo, as novas formas de trabalho contemporâneo é como se eliminasse o trabalho improdutivo e aplicar-se-á o modelo empreendedor, que disfarça o trabalho alienado e tem tendência à flexibilização.

Desse modo, a instabilidade capitalista com inconsistências no mercado, de flexibilidade do capital e dos padrões de trabalho, as fragmentadas classes, o crescimento do desemprego estrutural, são símbolos que impulsionam uma desorganização e a nova precariedade do trabalho.

Ricardo Antunes (2010) aponta que o que se vê hoje não é “o fim do trabalho”, mas sim, uma fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, dos trabalhadores. E essas transformações que afetam atualmente os processos de trabalho e as relações de produção estão acontecendo em escala mundial.

A nosso ver, esta forma de o capital operar na realidade e de superar suas contradições internas expressa uma crise orgânica, ou seja, uma crise afeta à totalidade da formação social, às relações entre economia e política; entre os movimentos tendenciais aos quais está submetida a produção material, que são os pilares da dinâmica capitalista e as relações políticas das classes sociais, elementos fundamentais à constituição do modo de produção capitalista, os quais são modificados à medida que os grupos dominantes impõem formas renovadas de intervenção na sociedade para manter, ao mesmo tempo, o seu domínio no núcleo decisivo da atividade econômica e nas formas de subalternidade política dos trabalhadores. (AMARAL, 2007).

Diante da proposta central do presente trabalho que se propôs a compreender a realidade de trabalhadores informais na cidade de Imperatriz, ao considerar muitas das questões apresentadas como fatores internos e externos relacionados às evidentes crises históricas e que se tornaram eixos estruturantes nesta pesquisa por serem fatos vivenciados também por estes nas dinâmicas do mercado de trabalho, é possível perceber e fazer alguns apontamentos dessa realidade:

Na sua maioria, o trabalho informal aparece muito mais como uma sobressaída frente à falta de trabalho do que necessariamente uma escolha. Sujeitos que estão prioritariamente em busca da garantia dos subsídios indispensáveis para sua sobrevivência (alimentação, educação, saúde, moradia, etc). É uma estratégia para aqueles que saíram do emprego/ocupação formal e não conseguiram mais se inserir, funcionando assim como um meio de sobrevivência face às necessidades impostas. Relacionamos aqui tal fato, aos reflexos do desemprego, onde indivíduos sofrem as reduções dos postos de trabalho, situação intimamente ligada à vigente crise econômica.

Mas, há alguns que se enquadram aí numa segunda vertente, aqueles que enaltecem uma dita autonomia e de estar ali por vontade própria (gostar do que fazem) e dizem não querer depender de um sistema formal, sintetizam uma dita acomodação, talvez corresponda também a uma espécie de coerção social. São aqueles que se acostumaram a esse tipo de vivência e não possuem perspectiva (futura) de sair desse ciclo fechado. Casos em que relatam até mesmo conseguir uma espécie de maior estabilidade na aquisição de renda e melhor controle de vida e bem estar.

E por fim, há também aqueles que não conseguiram sequer adentrar na formalidade, ou seja, nunca trabalharam com carteira assinada por dificuldades encontradas ao longo da vida, de certa forma encontram-se subordinados às exigências do mercado, a exemplo até mesmo da ausência de qualificações quanto aos empregos formais e demais oportunidades. No entanto, vivenciaram modos rígidos de sociabilidade, numa espécie de exclusão ou reclusão social, a fim de tentarem por si só a própria manutenção de vida.

Pelo exposto, ficou perceptível que esses trabalhadores sofrem a ausência de políticas essenciais que atendam dignamente suas necessidades, são indivíduos que não desfrutam principalmente do que prima o direito do trabalho, de usufruir de benefícios que venham-lhes garantir melhor qualidade de vida. Conforme enfatiza Matsuo (2009), que ao

ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe”, perdendo inclusive direitos garantidos pela constituição brasileira.

Sobre a hipótese apresentada, torna-se verídica pela comprovação de alguns trabalhadores estarem inseridos na informalidade porque de fato são vítimas das penalidades do desemprego, reflexo da crise do capital, confirmado até mesmo pelo aumento do número de vendedores ambulantes no local abordado nos últimos anos. Além disso, foi possível identificar também outras formas de marginalização sofridas por esses trabalhadores, a exemplo daqueles que nunca trabalharam em empregos formais por não conseguirem adentrar nessa modalidade de trabalho. Todavia, ao verificar e interpretar diferentes vertentes, infere-se que se tratam de fatores que internalizam para relativas exclusões de forças sociais do trabalho. Ao passo que:

A informalidade comparece como mais um elemento que aponta para precarização do trabalho no Brasil, mais do que o desemprego e o fim do trabalho, a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias de trabalho, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direito trabalhista, etc. (GONÇALVES, 2002, p. 1)

Em consonância ao que se idealizou com essa abordagem, o presente estudo possibilitou compreender a realidade de trabalhadores autônomos/por conta própria na cidade de Imperatriz, e especificamente conhecer a prática do trabalho informal acerca de suas condições, motivos, perspectivas e expectativas; tendo assim, os objetivos propostos alcançados. Apropriando-se de modo geral, a entender os fatores que permeiam sob os desdobramentos da relação entre o homem e o mundo do trabalho.

Conclui-se, que a pesquisa favoreceu percorrer sobre o universo do trabalho, em seu contexto histórico e suas influentes transformações, possibilitando uma construção analítica aos condicionantes que retratam as questões vivenciadas hoje pela sociedade. Portanto, tendo em vista os aspectos observados e fatos mencionados, a expectativa com o desenvolvimento deste trabalho é que tal conjunto de informações sobre a temática possa contribuir na efetivação de maiores esclarecimentos e melhor conhecimento sobre essa realidade que se perfaz tendenciosamente contraditória a uma boa qualidade de vida e bem estar social de alguns trabalhadores na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. **Trabalho e Mundialização do Capital. A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.** 2 ed. Praxis, Londrina, 1999.

AMARAL, Ângela Santana do. **A nova configuração da classe trabalhadora e as Reformas Neoliberais no Brasil.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2 ed. São Paulo – SP. Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova Era da precarização estrutural do trabalho?.** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho – São Paulo, 28 e 29 novembro de 2008.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje?. Estudos do trabalho Ano II- Número 3. Revista da **RET – Redes de Estudo do Trabalho.** UNICAMP, pag. 1 a 9, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Centro de Estudos **Educação & Sociedade.** Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 13-54.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOCORNY, Leonardo Raupp. **A valorização do trabalho no estado democrático de direito.** Sérgio Antônio Fabris Editor. Porto alegre – RS. 2003.

CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. As metamorfoses do mundo do trabalho no final do século XX e a atualidade da questão social. **Revista Jus Navigandi,** ISSN 1518-4862, Teresina, ano17, n. 3147, 12 fev. 2012.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **A reestruturação produtiva e os efeitos no mundo do trabalho: os trabalhadores da Italac Alimentos em Corumbáiba (GO).**

Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGC/UFG/Campus Catalão), nível mestrado. 2012. UNESP – Franca/SP.

CONSERVA, Marinalva de Sousa. ARAÚJO, Anísio José. Informalidade e Precarização nos mundos do trabalho. **Teoria Política & Social**. n.1, n.1, p. 75-91, Jul/Dez. 2008.

DA SILVA, Ademir Vicente. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.1, Res 1, ago 2006.

DE LUCCA, Daniel. As dobraduras da Cidade. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 90, p. 179-187, 2011.

DESTRO, Ernesto Fabrício. **Aspetos relevantes do trabalho informal no Brasil**. Faculdade de Direito de Presidente Prudente. São Paulo: 2003.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz:MA**. ed.1. Ética, 2005. (Ciências Humanas, Vol.1)

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil. **Pegada – Revista da Geografia do Trabalho**. 2002, p. 1-16.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese de Doutorado ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, 2010.

IBGE, **Trabalhadores por Conta Própria, Perfil e Destaques**. Rio de Janeiro, 2008.

JORDÃO, Ana Paula Ferreira. **Precarização e Informalidade no “mundo do trabalho” no brasil: notas para reflexão**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015.

LEIBANTE, Thiago. **Algumas considerações sobre o trabalho informal no capitalismo contemporâneo**. Mestrando em Ciências Sociais pela UEL. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 2008.

LEIBANTE, Thiago. **Trabalho Informal e Acumulação Capitalista: autonomia ou precarização?** . Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR. VI Seminário do Trabalho. 2008.

LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: Percepções dos trabalhadores. Socióloga, mestranda da Faculdade de Educação da Unicamp. **Educação & Sociedade**, Dezembro/1997.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese de Doutorado ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2009.

MEIA, Alfredo. **Sociologia da cidade**. Estampa editorial, Lisboa: 1999.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e Perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Vol. II. Biblioteca. Rio de Janeiro – RJ. Tempo Brasil. 1991.

OLIVEIRA, Joilma de Deus. **Trabalho por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/2009.

OLIVEIRA, Joilma de Deus. **A informalidade no cenário da exploração do capital: a contribuição do trabalho improdutivo para a acumulação capitalista**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas.

PARK, Robert Ezra. SANTEIRO, Sérgio Magalhães. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. Cap. 2 – O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. 1967. p 26-66.

RIBEIRO, Roberto Name. **Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil**. UnB, Dezembro, 2000.

SALAZAR, Silvia Neves. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista – informalidade e precarização do trabalho**. Doutoranda em Serviço Social pela PUC/RJ e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana de Vitória/ES. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto. VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, 2017.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **RBCS**. Vol. 15 n°43 junho/2000.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista: **Outubro**, n.7, 2002. p. 49-60.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da Insegurança: Trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. Dossiê modos de vida. **Tempo social. Revista social**. USP. São Paulo 53-93, 1992.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, 37-45, abril/junho 1990.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 173-195. Junho 2006.

VASCONSELLOS, Eliane Julie Godoy de. **Trabalhadores informais: o sentido da sua escolha de trabalho**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

WEIL, Andreza Gomes. NOGUEIRA, Marinez Gil. Os (re) significados da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo. **Trabalho Necessário**. Issn: 1808 - 799X , ano 14, número 24 – 2016, p. 23 -44.